



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa – 12/dezembro/2004

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta do TRT 2ª Região e da Comissão
Juiz LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL – Juiz do TRT 2ª Região
Advogado HOMERO ALVES DE SÁ (OAB)

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz LUIZ EDGAR FERRAZ DE OLIVEIRA – Juiz do TRT 2ª Região e Presidente da Comissão
Juíza BEATRIZ DE LIMA PEREIRA – Juíza do TRT 2ª Região
Advogado DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 14 de dezembro de 2004, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como na internet, no site do TRT (www.trt02.gov.br).

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 – 21º andar – torre “B” - CEP 01302-906 - SP
Fone: 3255-4111 Ramal 2297

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - SEGUNDA PARTE - QUESTÕES DE 51 A 100

51. Os negócios jurídicos, quando padecem de algum vício, podem ser nulos ou anuláveis.
- é de quatro anos o prazo de decadência para se pleitear a anulação de negócio jurídico, contado o prazo de acordo com as particularidades de cada caso;
 - se a lei determinar que um negócio jurídico é anulável, sem estabelecer prazo para a anulação, este será de dois anos contados da conclusão do ato;
 - os negócios nulos podem ser declarados de ofício pelo juiz, não lhe sendo permitido suprir a nulidade, salvo se as partes o requererem de comum acordo;
 - se o negócio declarado nulo era requisito de outro, também este será nulo, pois o acessório segue o principal.
 - é nulo o negócio jurídico simulado, mas o que se dissimulou prevalecerá, se válido for na substância e na forma.
- todas as proposições são verdadeiras;
 - todas proposições são falsas;
 - as proposições I, II e IV estão corretas;
 - apenas a proposição II está correta;
 - as proposições I, II e V são as únicas corretas.
52. Bem de família. Indique a afirmação **incorreta**.
- a instituição do bem de família deve ser feita por escritura pública ou testamento, declarando o interessado que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e que ficará isento de execução por dívidas, com as exceções legais;
 - a finalidade do bem de família é a proteção da família, e não do bem;
 - a impenhorabilidade do bem de família compreende o imóvel, as benfeitorias, os instrumentos de trabalho, mas não as plantações e os móveis que guarnecem a casa, ainda que quitados;
 - a inspiração do bem de família é o "homestead" norte-americano;
 - na hipótese de o casal ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis.
53. "Testis unus, testis nullus."
- era uma parêmia jurídica em voga no Direito Romano e consagrada no Direito Canônico;
 - parêmys são normas vetustas, conceitos remotos, sem utilidade prática nos dias atuais;
 - a lei não proíbe testemunha única; logo, uma testemunha prova o que tiver de provar;
 - os juízes pesam os depoimentos, não os contam;
 - se a testemunha viu os fatos por metade, seu depoimento vale meia prova, ou prova nenhuma.
- todas as assertivas estão corretas;
 - as assertivas I e II estão incorretas;
 - as alternativas I, III e IV são as únicas corretas;
 - a assertiva II é a única incorreta;
 - a assertiva V é a única incorreta.
54. Aplicação das leis. Assinale a afirmação **incorreta**.
- "analogia legis": a lei é omissa, o juiz faz uso de outra lei, que regula caso semelhante;
 - "analogia juris": não há lei, o juiz se socorre dos princípios gerais de direito;
 - presunção: o juiz pode julgar por presunção em determinadas hipóteses;
 - equidade: o juiz pode julgar por equidade, exceto se a lei o proibir;
 - costume: o juiz, em certas circunstâncias, pode se valer do costume para julgar.
55. A respeito dos bens dados em alienação fiduciária, indique a característica **incorreta**:
- são indivisíveis;
 - se penhorados, são restituíveis por embargos de terceiro;
 - é impossível a alienação fiduciária por contrato verbal;
 - transfere ao devedor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel, independentemente de tradição;
 - o devedor que alienar, ou dar em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em garantia, pode ser considerado estelionatário e fica sujeito à pena prevista no art. 171 do Código Penal.
56. Falência. Considere as seguintes afirmações:
- declarada a falência no curso da execução trabalhista, achando-se os bens já em praça com dia certo para arrematação, far-se-á esta, entrando o produto para a massa; se os bens já

tiverem sido arrematados ao tempo da declaração da falência, somente entrará para a massa a sobra, depois de pago o exequente;

II. a sentença declaratória da falência produz a suspensão das ações e execuções que, antes da falência, hajam iniciado, exceto as ações dos credores por títulos não sujeitos a rateio e os que estiverem demandando por quantia ilíquida, coisa certa, prestação ou abstenção de fato, as quais continuarão com o síndico;

III. são quirografários os créditos que, pela lei de falência ou por lei especial, não têm real garantia, não têm privilégio especial sobre determinados bens e nem se enquadram na categoria dos créditos com privilégio geral, como os saldos dos créditos não cobertos pelo produto dos bens vinculados ao seu pagamento e o restante de indenização devida aos empregados;

IV. terão preferência em todas as fases, inclusive antecipação do julgamento, os processos trabalhistas cujas sentenças tiverem de ser executadas perante o juízo universal da falência;

V. se não forem integralmente pagos pelos bens do falido e dos sócios de responsabilidade solidária, os credores terão, encerrada a falência, o direito de executar os devedores pelos saldos de seus créditos.

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas as assertivas III e IV estão incorretas;
- c) apenas a assertiva III está incorreta;
- d) apenas a assertiva V está incorreta;
- e) estão incorretas apenas II, III, IV e V.

57. Interprete este dispositivo do Código Civil: "Art. 230. As presunções, que não as legais, não se admitem nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal."

I. o dispositivo está dizendo que o juiz pode julgar por presunção;

II. o juiz pode basear-se em presunções jurídicas, que são o mesmo que presunções legais;

III. as presunções legais são "juris et jure" e "juris tantum";

IV. ambas as presunções admitem prova em contrário;

V. os indícios são presunções humanas;

- a) as assertivas III, IV e V são as únicas corretas;
- b) as assertivas I, III e IV são as únicas erradas;
- c) I e V são erradas e as demais corretas;
- d) todas estão erradas;
- e) apenas a assertiva IV está errada.

58. Audiência. Indique a alternativa **incorreta**.

a) a CLT não veda que a parte permaneça na sala de audiência durante o depoimento da outra;

b) o primo, não podendo ser testemunha face ao grau de parentesco, pode depor como informante;

c) a testemunha que está em demanda contra a empresa não é considerada suspeita para depor;

d) se a testemunha mentir, o juiz o dirá na sentença;

e) a testemunha que for surda e não souber escrever, seu depoimento será tomado com intérprete e a despesa fica por conta do interessado no depoimento e não por quem a arrolou.

59. Decisão interlocutória. Relação de emprego. Aponte a alternativa **incorreta**.

a) se o tribunal declarar o vínculo de emprego e determinar a baixa dos autos para julgamento dos demais pedidos, a decisão, segundo a jurisprudência dominante, será interlocutória (CLT, art. 893, § 1º), resguardado o direito de recurso de revista após a decisão final; se o vínculo for contra a Administração Pública, a decisão poderá ser impugnada de imediato com o recurso de revista;

b) face à proibição do art. 836 da CLT, a Turma regional fica impedida de conhecer e julgar de novo a matéria relativa à relação de emprego no recurso que couber da decisão final;

c) se a reclamada aceitar tácita ou expressamente a nova sentença quanto à parte pecuniária (mas não quanto à relação de emprego!), não terá interesse recursal, por força do art. 503 do CPC, e também não terá interesse recursal quanto à relação de emprego, face à proibição do art. 836 da CLT;

d) sabendo-se que o recurso de revista, nesta hipótese, só é cabível contra o primeiro acórdão regional que declarou o vínculo (Enunciado 214 do C. TST), e não sendo possível a sua interposição diretamente da Vara para o Egrégio TST, a empresa terá de recorrer obrigatoriamente ao tribunal regional (mesmo não tendo interesse recursal e que o seu recurso não seja conhecido) a fim de possibilitar a interposição do recurso de revista contra o primeiro acórdão que reconheceu a relação de emprego;

e) por ser relação de emprego matéria de fato, é incabível recurso de revista (Enunciado 126 do C. TST).

60. O art. 2º, § 4º, da Lei nº 5.584, de 26.06.1970, foi recepcionado pela CF/1988, sendo lícita a fixação do valor da alçada com base no salário mínimo (Enunciado 356 do C. TST). Tendo o juiz fixado o valor da causa abaixo de dois salários mínimos, as partes insurgiram-se protestando contra a fixação. Se o juiz mantiver a decisão, o caminho a ser tomado pelas partes será:

- a) mandado de segurança;
- b) correção parcial;
- c) agravo retido, para posterior julgamento pelo tribunal;
- d) requerer ao Presidente do Tribunal, no prazo de 48 horas, uma providência para alterar o valor;
- e) o reclamante deve desistir da reclamação e propor nova, se a reclamada concordar.

61. O advogado, em audiência, lê a contestação e a devolve ao juiz, requerendo em seguida a formação de processo em apartado para o julgamento antecipado dos salários incontroversos, sabendo de antemão que a audiência seria adiada para alguns meses depois. Atitude correta do juiz.

- a) deve indeferir, por não haver lei que ampare a pretensão;
- b) deve indeferir porque o pedido é típico de tutela antecipada;
- c) deve indeferir porque o procedimento correto é julgar todas as matérias ao final, aplicando, se for o caso, a multa do art. 467 da CLT sobre a parte incontroversa dos salários;
- d) pode deferir, porque tem amparo na CLT;
- e) pode deferir se o reclamante for hipossuficiente, estiver sob regime de justiça gratuita e tiver sido dispensado recentemente.

62. Considere as seguintes afirmações:

- I. o sindicato tem prerrogativa legal para atuar como substituto processual da categoria e para a defesa de direitos concretos violados, em ações individuais ou plúrimas, tem mandato legal, ou mandato "ad litem";
 - II. quando o sindicato é réu em ação rescisória, por ter atuado como substituto processual na ação originária em nome de trabalhadores, é desnecessária a citação dos substituídos;
 - III. o sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual para pleitear o adicional integral ou apenas diferença de adicional de insalubridade ou de periculosidade;
 - IV. a legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também a acordos coletivos e convenções coletivas;
 - V. ao propor ação judicial em nome dos interessados, identificando-os e qualificando-os na inicial, o sindicato age como mandatário legal; mas se postular em nome próprio, indicando o nome dos mesmos interessados ao final, sua posição é alterada para substituto processual.
- a) a alternativa I é a única incorreta;
 - b) a alternativa II é a única incorreta;
 - c) as alternativas I e IV são as únicas incorretas;
 - d) todas as alternativas estão corretas;
 - e) estão corretas apenas II, III e V.

63. Reclamante obteve ganho de causa, exceto quanto a um pedido que representava um "minus" de sua reclamação. O juiz declarou inepta a inicial quanto a esse pedido. A reclamada não recorreu da sentença. O reclamante apresentou recurso de poucas linhas, pedindo o afastamento da inépcia e o julgamento daquele pedido. O tribunal acolheu o recurso, mas anulou a sentença e determinou a baixa dos autos para novo julgamento do mérito, por entender que haveria supressão de instância se o pedido fosse julgado pelo tribunal. Faça a crítica.

- a) a decisão está correta; o tribunal não pode julgar pedido que não chegou a ser apreciado pelo juiz;
- b) a decisão foi uma infelicidade, pois deixou o reclamante perplexo, sem ação;
- c) a decisão foi "contra legem"; a nulidade não podia ser declarada, além do que provocou "reformatio in pejus" e ofensa à coisa julgada;
- d) a decisão foi proferida com acerto; o erro foi do advogado que recorreu por causa de um "minus";
- e) a decisão foi um erro; o certo seria o juiz formar carta de sentença para os títulos que a empresa não recorreu e autuar o recurso do reclamante em apartado, a fim de não prejudicar a execução do julgado.

64. O que se significa pré-questionamento para efeito de recurso de revista?

- a) significa questionar antes que a outra parte o faça;
- b) significa o questionamento, perante o Tribunal Regional incumbido de examinar o recurso, da matéria ou tema em relação ao qual se pretende a reforma da decisão recorrida;
- c) significa que a parte, pretendendo recorrer da decisão regional ao Tribunal Superior, e a fim de evitar preclusão, deve apresentar embargos de declaração para pré-questionar violação a literal disposição de lei ou divergência jurisprudencial, antes de entrar com o recurso propriamente dito;

- d) significa que a parte deve questionar previamente os motivos do julgamento regional, por meio de embargos, a fim de obter a reforma desejada perante o próprio tribunal e evitar a interposição desnecessária de recurso à Instância Superior;
- e) é uma alternativa de juízo de reconsideração cabível na 1ª e na 2ª instância.
65. Dissídio coletivo e dissídio individual. Indique a alternativa **incorreta**.
- a) no dissídio coletivo a sentença cuida de interesses abstratos e gerais ("erga omnes") e no dissídio individual o interesse é pessoal e concreto ("inter alios");
 - b) sentença normativa e sentença individual são decisões de mérito, fazem coisa julgada, estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição e à execução provisória ou "ex-officio";
 - c) no dissídio coletivo e no dissídio individual pode haver julgamento por equidade;
 - d) ambos os dissídios estão sujeitos à extinção sem julgamento do mérito;
 - e) no dissídio coletivo impera o princípio inquisitório, com impulso oficial, e no individual impera o dispositivo.
66. Pode o Tribunal julgar por equidade ou "extra petita" ou "ultra petita"?
- a) apenas por equidade, sendo as demais hipóteses vedadas expressamente nos arts. 128 e 460 do CPC;
 - b) sim, a equidade tem respaldo na CLT e as demais formas de julgar são típicas dos dissídios coletivos;
 - c) não, pois a decisão judicial para ser válida tem de observar os limites da litiscontestação; é dever da parte invocar a equidade e do juiz observar os limites da lide;
 - d) por equidade e "ultra petita" sim, mas é vedado ao Tribunal julgar "extra petita" nos dissídios coletivos;
 - e) carece de validade jurídica toda decisão judicial que der o que não se pediu; der mais do que se pediu ou der por motivo diverso do que se pediu.
67. Dentre as alternativas abaixo, escolha a **correta**:
- a) nas cautelares de protesto, notificações e interpelações, não há defesa;
 - b) o juiz não pode conceder liminares sem justificção prévia;
 - c) toda ação coletiva terá pauta de reivindicações;
 - d) o juiz que receber delegação de poderes do Tribunal para conciliar e instruir dissídio coletivo pode também homologar o acordo;
 - e) a União não pode intervir nas causas de interesse das empresas públicas.
68. Assinale a alternativa **correta**. Para a concessão de arresto pelo juiz:
- a) equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso ou o laudo arbitral pendente de homologação que condenar o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se;
 - b) é suficiente que o devedor, que tenha domicílio certo, se ausente ou tente ausentar-se furtivamente;
 - c) não é necessária a prova literal da dívida líquida e certa, bastando ao juiz convencer-se da razão;
 - d) é suficiente que a parte alegue na petição inicial que o réu está se mudando furtivamente, sem justificção prévia;
 - e) é necessário que o processo esteja previamente instruído com documentos e prova testemunhal.
69. Multa processual. A parte pode ser multada, no mesmo processo, com multa de 1% por recurso manifestamente protelatório e multa de 1% por embargos manifestamente protelatórios. Escolha a alternativa.
- a) afirmação está incorreta; não existe na lei multa por recurso protelatório;
 - b) a afirmação está parcialmente correta; ambas existem, mas não podem ser aplicadas cumulativamente no mesmo processo;
 - c) afirmação está correta; ambas existem e podem ser aplicadas no processo de forma independente e cumulativa, pois a razão de cada uma delas é distinta e os momentos de aplicação são distintos;
 - d) a afirmação está incorreta; o direito de recorrer está previsto na Constituição e nas leis processuais, por isso um recurso não pode ser considerado na lei protelatório; de todo modo, a protelação recursal seria uma só, independentemente da quantidade de recursos;
 - e) a aplicação de ambas as penalidades no mesmo processo representa "bis in idem".
70. Considere as seguintes afirmações:
- I. na Justiça do Trabalho a reclamação do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em Juízo.
 - II. sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

III. o benefício da justiça gratuita ou da assistência judiciária gratuita abrange custas, taxas, emolumentos, traslados, certidões, fotocópias, autenticações e cartas - de sentença, de arrematação, etc;

IV. no processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final;

V. no sumaríssimo, o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) a alternativa I é a única incorreta;
- c) as alternativas I e II são as únicas incorretas;
- d) a alternativa V é a única incorreta;
- e) as alternativas III e V são as únicas incorretas.

71. Considere as seguintes afirmações:

- I. os fatos podem ser provados por confissão, documento, testemunha, presunção e perícia;
- II. a prova obedece a uma hierarquia definida em lei, de modo que a presença de uma afasta a incidência simultânea de outra de ordem inferior, mas nenhuma supera a confissão presumida;
- III. o negócio a que se impõe forma especial não pode ser provado pelos meios do item I;
- IV. não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados;
- V. se feita a confissão por um representante, somente é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado; a confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.

- a) a única incorreta é a alternativa II;
- b) a única incorreta é a III;
- c) não há alternativa incorreta;
- d) a alternativa I é a única incorreta;
- e) incorretas são apenas IV e V.

72. Assinale a afirmação **incorreta**. Embargos de terceiro.

- a) podem ser opostos a qualquer tempo, enquanto não transitada em julgado a sentença no processo de conhecimento; ou, na fase de execução, até 5 dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta;
- b) pode o juiz nos embargos anular o ato jurídico, se verificar ocorrência de fraude contra credores;
- c) considera-se terceiro o cônjuge quando defende a posse de bens dotais, próprios, reservados ou de sua meação;
- d) equipara-se a terceiro aquele que, figurando no processo, defende bens que, pelo título de sua aquisição ou pela qualidade em que os possuir, não podem ser atingidos pela apreensão judicial;
- e) é admissível o recurso de revista em embargos de terceiro, provada ofensa à Constituição Federal.

73. Trabalho em domicílio, de acordo com a lei trabalhista:

- a) é aquele exercido de porta em porta, tipo "delivery";
- b) difere do trabalho na empresa, por não haver subordinação jurídica e subordinação a horário;
- c) difere do trabalho na empresa, por ser impossível controlar a personalidade;
- d) é o executado na casa do empregado, por conta do empregador;
- e) é o executado na casa do empregador.

74. Supondo-se que o fato venha a ocorrer no local e no horário do trabalho, indique quais das hipóteses abaixo constituem acidente de trabalho.

- I. ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- II. ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
- III. ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
- IV. ato de pessoa privada do uso da razão;
- V. desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

- a) apenas I, IV e V constituem acidentes;
- b) apenas a hipótese II não é acidente;
- c) todas as hipóteses são de acidentes;
- d) a hipótese V é a única parcialmente incorreta;

e) nenhuma constitui situação de acidente de trabalho.

75. Analise a seguinte afirmação: pela CLT, a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança de até um ano de idade é devido salário-maternidade pelo período de 120 dias; se adotar ou obtiver apenas a guarda judicial de criança entre um e quatro anos de idade, o benefício será de 60 dias; se adotar ou obtiver apenas a guarda judicial de criança de quatro a oito anos de idade, o benefício será de 30 dias, recebendo o valor diretamente da Previdência Social.

- a) a afirmação é incorreta; a guarda judicial não gera direito ao salário-maternidade;
- b) a afirmação é incorreta; cabe à empresa pagar o benefício e pedir o ressarcimento à Previdência Social;
- c) a afirmação está absolutamente correta;
- d) a afirmação está errada; o benefício em questão está previsto na lei da Previdência Social e não na CLT;
- e) a afirmação está totalmente incorreta, pois o benefício não está previsto em lei nenhuma.

76. Empregado doméstico. Aponte a alternativa **incorreta**.

- a) em se tratando de reclamação trabalhista de empregado doméstico, de acordo com a jurisprudência do C. TST, não se aceita preposto;
- b) o salário-maternidade da doméstica é pago diretamente pela Previdência Social;
- c) as agências indicadoras são civilmente responsáveis por atos ilícitos praticados pelos empregados domésticos por elas indicados;
- d) os domésticos estão sujeitos às justas causas previstas no art. 482 da CLT, com exceção das letras "c" (negociação habitual), "g" (violação de segredo da empresa) e § único (inquérito administrativo e atentados à segurança nacional);
- e) os domésticos podem ter acesso ao FGTS mediante opção junto à CEF, assim como o benefício do seguro-desemprego de cinco meses, conforme Lei 10.208/2001.

77. As partes se conciliam e apresentam ao juiz as condições do acordo. Dentre as condições fica estabelecido que, no caso de inadimplemento, a empresa se obriga a pagar integralmente o pedido formulado na inicial, sem prejuízo do cumprimento do acordo. Diante dessa condição incomum, pode o juiz recusar a homologação?

- a) não; o objetivo principal do processo trabalhista é obter a conciliação; uma vez conseguida, deve o juiz homologar concedendo benefícios, tais como isenção das custas processuais;
- b) sim; trata-se de evidente acordo leonino; o juiz deve rejeitar a cláusula, propondo outra mais favorável;
- c) não; a CLT autoriza expressamente que as partes estabeleçam a condição;
- d) sim; o juiz tem ampla liberdade na direção do processo, podendo impedir a prática de qualquer ato que importe em enriquecimento de uma e empobrecimento de outra parte;
- e) não, mas deve alertar o representante da empresa de que o não cumprimento do acordo nas condições avençadas pode resultar na ruína da empresa.

78. Previdência Social. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) a Lei 8.212/91 dispõe sobre o Plano de Custeios da Previdência Social;
- b) a Lei 8.213/91 dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social;
- c) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social pode contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, se oferecer caução idônea;
- d) embora a CF proíba o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, o maior de 14 anos pode filiar-se ao regime da Previdência Social como facultativo;
- e) os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta são considerados empresas para fins previdenciários.

79. Representante comercial e empregado. Alternativa **incorreta**.

- a) por se tratar de profissão regulamentada na Lei 4.886, não pode ser representante quem não pode ser comerciante;
- b) desde que o representante faça a representação exclusiva de produtos de uma empresa, para o Direito do Trabalho é indiferente se o mesmo está ou não inscrito no Conselho Regional dos Representantes Comerciais ou se tem ou não contrato escrito de representação; será empregado se preencher os elementos do art. 3º da CLT;
- c) o contrato de representação comercial, para estar de acordo com a lei, deve ser necessariamente escrito;
- d) representantes comerciais estão sujeitos à rescisão do contrato por motivo de desídia;
- e) o contrato de representação pode conter elementos do contrato de trabalho, tais como personalidade e habitualidade, sem que se caracterize a existência de vínculo de emprego.

80. Dentre as alternativas abaixo, aponte a **incorreta**.

- a) ao empregador, na dispensa da empregada sem justa causa, é permitido exigir atestado ou exame para comprovação de gravidez, em respeito à estabilidade prevista no art. 10, II, b, do ADCT;
- b) em caso de prorrogação do horário normal de trabalho da mulher, será obrigatório um descanso de 15 minutos, no mínimo, antes do início do período extraordinário;
- c) empregado que trabalha em atividade insalubre não pode firmar acordo de prorrogação de jornada, salvo licença prévia das autoridades competentes;
- d) sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que haja autorização das autoridades competentes;
- e) é vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência a sexo, idade, cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.
81. Pode o juiz do trabalho condenar a empresa a indenizar o abono do PIS ao empregado?
- a) não pode; a Justiça do Trabalho não tem competência para conhecer e julgar questões relativas ao Programa de Integração Social;
- b) pode, se o empregado não foi registrado e ficou prejudicado em sua inscrição no Programa;
- c) não pode; o juiz do trabalho tem competência apenas para oficiar à Caixa Econômica Federal, comunicando o vínculo de emprego sem registro e sem recolhimento das contribuições;
- d) pode, pois tem competência legal, mas a indenização do abono só deve ser reconhecida se o empregado estiver inscrito no Programa há mais de 5 (cinco) anos, ou tenha trabalhado para a empresa por igual período com ou sem registro, recebendo até 2 (dois) salários mínimos de remuneração mensal;
- e) não pode; as contribuições do PIS são destinadas ao seguro-desemprego desde a Constituição de 1988, o que importaria em "bis in idem" mandar indenizar o abono do PIS e o seguro-desemprego ao mesmo tempo.
82. Seguro-desemprego. Alternativa **incorreta**.
- a) é pessoal, intransferível e impenhorável;
- b) pode ser cancelado por morte do beneficiário, ressalvado o direito dos sucessores legais pelas parcelas remanescentes;
- c) será suspenso o direito ao seguro pelo prazo de dois anos em casos de falsidade nas informações, fraude para a percepção e recusa de outro emprego condizente com sua qualificação e remuneração anterior;
- d) é devido ao pescador profissional artesanal nos períodos de proibição de pesca;
- e) a restituição das parcelas indevidamente recebidas a título de seguro-desemprego devem ser cobradas no prazo máximo de 5 anos, sob pena de prescrição.
83. Atleta profissional de futebol. Considere as seguintes afirmações:
- I. o contrato de trabalho não pode ser de prazo indeterminado, mas também não pode ser inferior a 3 meses nem superior a 5 anos;
- II. o contrato sujeita-se ao disposto no art. 445 da CLT;
- III. o contrato não está sujeito à regra do art. 451 da CLT;
- IV. o atleta pode considerar indiretamente rescindido o seu contrato em caso de atraso no pagamento do salário por período igual ou superior a 3 meses; entende-se por salário, para efeito de rescisão indireta, o abono de férias, o 13º salário, as gratificações e os prêmios;
- V. o não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias não constitui mora contumaz para efeito de rescisão indireta do contrato.
- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas as alternativas I, II e III estão corretas;
- c) apenas as alternativas I, III e V estão corretas;
- d) estão incorretas apenas II e V;
- e) apenas a alternativa II está incorreta.
84. Aponte a alternativa **correta**. Aquisição de bens e serviços pela Administração Pública em geral.
- a) pode ser feita por pregão público, se se tratar de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital;
- b) face à lei de responsabilidade fiscal, é impossível ao administrador adquirir bens e serviços mediante simples pregão, sendo necessárias a licitação e a concorrência;
- c) na licitação para aquisição de bens e serviços, em caso de igualdade, por critério de desempate será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos por empresas brasileiras integrantes do Mercosul;
- d) nas concorrências de âmbito internacional, realizadas no território brasileiro, é vedado o uso de moeda estrangeira;

e) face ao rigor das leis administrativas na aplicação das verbas orçamentárias, é nulo o contrato verbal com a Administração, inclusive para aquisição de pequenas compras de pronto pagamento.

85. Administração Pública. Considere as seguintes afirmações.

I. o recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público, que importe em adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo;

II. estão dispensadas de depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais;

III. prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos;

IV. são passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor;

V. o juro de mora, nas condenações impostas pela Justiça do Trabalho à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, é de 0,5% ao mês ou 6% ao ano.

a) a assertiva I é a única incorreta, pois no processo do trabalho os recursos têm efeito meramente devolutivo;

b) a única incorreta é a V, pois os juros trabalhistas são de 1% ao mês;

c) as alternativas I e II são as únicas incorretas;

d) as únicas alternativas corretas são II e III;

e) todas as alternativas são corretas.

86. Responsabilidade civil da Administração Pública.

I. de acordo com a Lei das Licitações, a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento;

II. a Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato;

III. de acordo com a súmula 331, IV, do C. TST, a Administração Pública responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas das empresas inadimplentes contratadas pelas entidades públicas;

IV. a responsabilidade subsidiária por encargos trabalhistas não abrange verbas de natureza indenizatória, de responsabilidade exclusiva do empregador responsável pela dispensa do empregado;

V. por ser objetiva a responsabilidade da Fazenda Pública, deve ser decretada "ex-officio" pelo juiz.

a) todas as assertivas estão corretas;

b) apenas I, II e III estão corretas;

c) apenas III, IV e V estão corretas;

d) apenas I, III e IV estão corretas;

e) apenas a assertiva III está correta

87. Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública federal podem contratar empregados por prazo determinado, sob o regime da CLT.

a) no âmbito federal não podem, face à proibição da Lei 8.745/93, embora no âmbito estadual e municipal seja possível face à autonomia administrativa de Estados e Municípios;

b) desde que o motivo da contratação esteja previsto em lei, é lícita a contratação;

c) podem, mas o contrato de prazo determinado só poderá ser prorrogado uma vez, sob pena de se transformar em contrato de prazo indeterminado;

d) a contratação é lícita, se prevista em lei, mas não pela CLT e sim pelo regime único;

e) a contratação será nula e nulos os efeitos, face ao Enunciado 363 do C. TST.

88. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Indique a alternativa **correta**.

a) o princípio aplica-se a todos os órgãos da Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;

b) até completar os três anos o servidor é considerado em estágio probatório e pode ser exonerado "ad nutum";

c) não há estabilidade para os servidores regidos pela CLT nas empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica;

d) a estabilidade é adquirida pelo servidor em dois e não em três anos;

e) o servidor estável só poderá ser dispensado por força de sentença com trânsito em julgado.

89. A decisão que tenha por objeto a inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. Esta afirmação:

- a) está incorreta, pois toda sentença está sujeita à execução provisória;
- b) está correta e deve referir-se a tutela antecipada ou a mandado de segurança;
- c) está correta e deve referir-se a ação civil pública;
- d) está correta e deve referir-se a medida cautelar específica;
- e) está incorreta, pois foram omitidas intencionalmente empresas públicas e sociedades de economia mista.

90. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (CF, art. 5º, inc. XXXV). Indique a alternativa **incorreta**.

- a) trata-se de regra contida nos direitos e garantias fundamentais;
- b) não é regra absoluta; as ações que visem discutir as disciplinas e as competições desportivas estão condicionadas ao esgotamento da via administrativa;
- c) o titular do direito de ação, não importa a existência de restrições legais, tem a faculdade de ingressar com qualquer ação na Justiça, competindo ao juiz, se for o caso, declarar a inconstitucionalidade da lei;
- d) nem toda restrição ao efetivo exercício do direito de ação constitui contencioso administrativo;
- e) qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia – dispõe a lei – mas os tribunais divergem sobre a inconstitucionalidade ou não dessa obrigação.

91. Sobre o controle de constitucionalidade das leis, indique a alternativa **incorreta**.

- a) nosso sistema adota controle difuso, ora pela intervenção particular do juiz, afastando a lei ao caso concreto, ora pela intervenção dos tribunais, mediante o julgamento de ações próprias;
- b) o juiz deve ter em mente que as leis são em princípio constitucionais e que a inconstitucionalidade é uma exceção que deve ser manifesta pelo simples confronto dos textos;
- c) é possível dizer também que o sistema constitucional brasileiro adota um controle concentrado de constitucionalidade das leis, pois a competência para a declaração de inconstitucionalidade está reservada ao Supremo Tribunal Federal;
- d) além do controle direto pelo juiz, a inconstitucionalidade se faz pelo exercício de ações específicas previstas em lei, inclusive o mandado de injunção;
- e) é correto afirmar que a inconstitucionalidade se dá por ação, isto é, pela existência da lei, como também por omissão, pela inexistência dela.

92. Indique a afirmação **incorreta**, sem respaldo na doutrina.

- a) normas constitucionais de eficácia plena regulam diretamente situações, comportamentos e interesses;
- b) normas constitucionais de eficácia limitada traduzem uma limitação ao poder público em suas relações com os governados;
- c) normas constitucionais de princípio institutivo protegem um determinado interesse, condicionando sua modificação à existência de outra norma no futuro ou situação que legitime a mudança;
- d) normas programáticas são as que condicionam a atividade discricionária da administração, bem como a própria atividade jurisdicional;
- e) normas constitucionais desvinculadas são as que valem por si mesmas, sendo auto-aplicáveis por não manterem vínculo de dependência em relação a outra norma supletiva ou regulamentadora.

93. Considere as seguintes assertivas:

- I. o STF é o guardião das normas constitucionais;
- II. o poder constituinte pode ser originário, derivado e decorrente;
- III. o poder originário é absoluto, soberano, ilimitado, incondicionado, só tem limite no direito natural;
- IV. o poder derivado é secundário, condicionado, adotado nas Constituições dos Estados;
- V. o poder decorrente é o que autoriza revisões, reformas e edição de emendas.

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas a III é incorreta;
- c) apenas IV e V são incorretas;
- d) apenas a IV está incorreta;
- e) exceto a I, todas são incorretas.

94. Aponte a alternativa **incorreta**.

- a) a inconstitucionalidade em caso concreto gera efeitos "in casu et inter partes";
 - b) enquanto o Senado não a suspender, a lei permanece em vigor, ainda que o STF a tenha declarado inconstitucional em decisão definitiva;
 - c) a declaração de inconstitucionalidade pelo STF gera efeitos "ex-tunc" e a suspensão pelo Senado gera efeitos "ex-nunc";
 - d) as leis complementares à Constituição, quando inconstitucionais, devem ser suspensas pelo Congresso Nacional;
 - e) assim como existe "vacatio legis" para as leis, pode haver "vacatio constitutionalis" para as Constituições.
95. O que é constituição outorgada?
- a) é a constituição voltada para o povo, o qual outorga poderes no voto a deputados e senadores;
 - b) é a constituição imposta pela vontade do soberano, do ditador, do déspota, do caudilho, do tirano;
 - c) é a constituição na qual o povo, invocando a proteção de Deus, outorga poderes ao governante, sendo exemplo a Constituição de 1937, conhecida como "A Polaca";
 - d) é a que depende da outorga do Chefe do Executivo;
 - e) é a constituição formada por várias leis constitucionais, por ausência de Poder Constituinte, como a da República Belga.
96. Sobre a Administração Pública Federal, assinale a alternativa **incorreta**:
- a) é direta, indireta, autárquica e fundacional;
 - b) é direta e indireta;
 - c) a proibição de acumular empregos e funções abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
 - d) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
 - e) aos ocupantes de cargo público a Constituição Federal não garante aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
97. Interprete o disposto no § 3º do art. 236 da Constituição Federal em vigor, que trata dos serviços notariais e de registro (Cartórios), e escolha a alternativa **correta**.
- "§ 3º - O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses."
- a) os Cartórios estão subordinados aos mesmos princípios da Administração Pública, previstos no art. 37 da CF/88, no que diz respeito à contratação do seu pessoal;
 - b) ao contrário do que dispõe a Constituição sobre os servidores públicos, mesmo que não haja o concurso os contratos são válidos e os responsáveis pelo Cartório respondem solidariamente;
 - c) o dispositivo mencionado não foi ainda regulamentado;
 - d) o dispositivo não pode ser interpretado isoladamente; era necessária a transcrição do "caput" e dos demais parágrafos para uma interpretação jurídica válida, de acordo com as regras da hermenêutica;
 - e) o dispositivo na verdade trata de outro assunto; os Cartórios contratam pelo regime da CLT.
98. Administração Pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- I. o preenchimento dos cargos e empregos públicos depende de concurso, exceto os cargos de livre nomeação e os contratos de prazo determinado;
 - II. a falta de concurso torna nula a relação de emprego e nada será devido aos trabalhadores, exceto os dias trabalhados;
 - III. o FGTS depositado, quando mantido o direito ao salário, pode ser liberado ao trabalhador, apesar da nulidade do contrato;
 - IV. a estabilidade do art. 41 da CF não alcança os empregados concursados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT;
 - V. no âmbito federal é possível a contratação de empregado por prazo determinado, sem concurso público, para atender necessidades urgentes definidas em lei; a contratação irregular de empregado fora das previsões legais importará em devolução do que foi pago, além de solidariedade do empregado pelo prejuízo causado ao erário.
- a) estão corretas as assertivas I, II e III;
 - b) estão corretas apenas I e II;
 - c) todas as assertivas estão corretas;
 - d) a alternativa IV é a única incorreta;

e) a alternativa V é a única incorreta.

99. Empresa estrangeira, de cujo capital participava com 5% empresa brasileira sediada no Brasil, contratou brasileiro no Brasil para trabalhar em obra de montagem no exterior, com autorização do Ministério do Trabalho, de acordo com as disposições da Lei n. 7.064/82. Considere as seguintes afirmações:

- I. não sendo caso de transferência, a legislação aplicável sempre será a do local da prestação de serviços;
- II. a empresa brasileira fica solidariamente responsável por todas as obrigações decorrentes do contrato e a competência para conhecer da reclamação é da justiça brasileira;
- III. é obrigatório que a empresa estrangeira mantenha no Brasil procurador bastante para receber citação;
- IV. o contrato não pode ser superior a 3 anos, salvo se a empresa estrangeira conceder gozo de férias anuais no Brasil ao trabalhador e seus dependentes, com todas as despesas pagas;
- V. a competência para a reclamação é da justiça brasileira, mas os direitos trabalhistas serão regidos pela legislação indicada no contrato.

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas a assertiva V está errada;
- c) as assertivas I, II e III são as únicas corretas;
- d) as únicas corretas são II e III;
- e) as assertivas III e IV são as únicas incorretas

100. As normas jurídicas do Direito Comunitário têm como característica a primazia sobre a ordem jurídica interna dos países signatários e aplicabilidade direta como normas incorporadas aos ordenamentos jurídicos.

- a) a afirmação está incorreta; o Direito Comunitário não é reconhecido no Direito Internacional, sendo sua alusão puramente doutrinária para qualificar os atos de comércio internacional;
- b) a afirmação está correta, exceto no que diz respeito à supranacionalidade, pois não pode a norma do Direito Comunitário colidir com as normas de direito público interno de cada país signatário;
- c) a afirmação está absolutamente correta;
- d) a afirmação está incompleta, pois faltou mencionar a necessidade de um organismo internacional para resolver os conflitos entre as normas do Direito Comunitário e as normas de direito público de cada país;
- e) o Brasil não adota o Direito Comunitário e sim o Direito Internacional Público.